

**RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO (02) DO EDITAL DO PREGÃO  
PRESENCIAL SRP Nº 90016/2025**

**Processo Administrativo n.º 19.873/2025**

Trata-se de Pedido de esclarecimento ao edital do PP 90016/2025, apresentado por escrito e direcionado ao endereço de e-mail [pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br](mailto:pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br), na data de 01/07/2025, pela empresa BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubistchek nº 2041 e 2235, Bloco A, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP sendo considerado, nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021 e nos termos do Subitem 1.8 do Edital, como TEMPESTIVO, posto que a abertura do certame está prevista para o dia 16/07/2025. Seguem abaixo as respostas aos questionamentos apresentados.

1. No que concerne os termos do item 25.4, considerando que o escopo contratual será abrangido por condição exclusiva do futuro contratado na execução das atividades licitadas, aliado ao pagamento a vista do prêmio pela exclusividade bancária e o fato das características das operações licitadas (em especial o fator contínuo de sua realização) e, ainda, o fato da modelagem estruturada no edital não se aproximar do regramento usual voltada a contratação via registro de preços, pergunta-se: está correto que o item em pauta será desconsiderado?

**R: SIM. Pode ser desconsiderado.**

2. Em relação as passagens do edital e anexo que relacionam a retenção de valores (glosa) com base no mero ajuizamento de ações de natureza trabalhista e tributária, considerando aspectos decorrentes de razoabilidade e proporcionalidade da medida e os limites legais para sua aplicação prática e, ainda, vetores que asseguram a ampla defesa e contraditório do futuro contratado (tanto no âmbito administrativo como judicial), pergunta-se: está correto que o mero conhecimento por parte da administração pública de ações com a referida natureza e/ou ajuizamento não é motivo justo e imediato para materialização da glosa?

**R: SIM. Considerar apenas ações em que a Administração Pública figurar no polo passivo, de forma solidária ou subsidiária, junto com o contratado.**

3. Sobre item 1.3 do Termo de Referência, considerando a impropriedade relacionada a oposição do contratado em relação a prorrogação do contrato, uma vez estarmos diante de prestação de serviço anotado pelo interesse público e, conseqüentemente, a necessidade da administração pública

realizar a prévia avaliação e negociação de eventual aditivo neste sentido e, ainda, a impropriedade de ser admitida eventual prorrogação automática do contrato, pergunta-se: está correto que os termos do item em pauta e demais passagens relacionadas serão desconsideradas?

**R: NÃO. O prazo apresentado é necessário para a Administração Pública organizar um novo certame, tendo em vista a complexidade do objeto, caso da instituição financeira não desejar a renovação.**

4. Considerando que instituições financeiras não emitem nota fiscal, pergunta-se: está correto que as passagens que relacionam tal documento serão desconsideradas?

**R: SIM. Desconsiderar.**

5. Nota-se que o edital e seus anexos determinam que os serviços voltados a arrecadação e cobrança de boletos e PIX devem contar com a remuneração da futura contratada, sem, contudo, especificar no edital o valor unitário da tarifa e tampouco a anotação de dotação orçamentária capaz de sustentar tal custo. Pergunta-se: qual o valor a ser praticado para remunerar a futura contratada pelo recebimento e compensação de títulos via guias compensáveis e não compensáveis e, ainda, via solução PIX?

**R: Serão mantidos todos os contratos em vigor com as instituições financeiras.**

6. Considerando que o certame está organizado para contemplar propostas de maior valor em benefício dos cofres públicos, aliado ao fato da lei federal 14.133 não descrever o critério *maior oferta* e, ainda, praxe atual de organização de certames com o mesmo objetivo que aplicam uma fórmula de conversão de valores para o critério de *maior desconto*, pergunta-se: qual dos critérios fixados na lei federal 14133 será aplicado para fins de apresentação de proposta comercial e lances verbais? Qual a eventual fórmula de conversão de valores aplicável?

**R: Não haverá conversão de valores. O pregão será realizado de formal PRESENCIAL e os Lances obdecerão o edital em seu ITEM 11.**

7. Explorando a questão do critério de apresentação da proposta comercial, considerando que o objetivo traçado envolve a obtenção do maior retorno financeiro *global* para os cofres públicos e a reunião de operações que detém natureza distintas (ex: folha de pagamentos e a obtenção do maior retorno financeiro x pagamento de tributos e a incidência da menor tarifa), pergunta-se: a natureza distinta das operações reunidas em lote único foi objeto de avaliação e justificativa por parte da administração pública? O valor da tarifa unitária que incidirá em custo para a administração pública será objeto de disputa entre os licitantes (o que acarreta ajustes no modelo do edital para acomodar a disputa entre os interessados mediante a *redução* do valor)? Considerando a reunião de operações que perseguem o maior retorno

financeiro para os cofres públicos (ex: folha de pagamentos) e aquelas que perseguem a menor tarifa/custo (ex: arrecadação e cobrança), o edital será ajustado para contemplar uma modelagem ou designação de critério de julgamento adequada a esta situação fática e jurídica?

**R: Os valores das tarifas não estão em disputa. Para pagamento a fornecedores e pagamento de salários, a instituição não poderá cobrar tarifas. Para os demais serviços Serão mantidos todos os contratos em vigor com as instituições financeiras.**

8. Considerando a ampliação da concorrência e obtenção de proposta mais vantajosa aos cofres públicos, aliado aos termos do artigo 68 inciso III da Lei Federal 14133 e o fato dos serviços licitados serem executados via sistemas dispostos nas *sedes* das instituições financeiras, pergunta-se: está correto que as licitantes que venham a participar do certame em razão de suas respectivas sedes podem apresentar documentos de habilitação vinculados somente a estas, dispensados, assim, os documentos relacionados/vinculados a filiais e rede de agências?

**R: SIM. Correto.**

9. Em relação ao licitante que opte por não realizar a vistoria dos locais, pergunta-se: está correto que estará dispensado de apresentar a declaração do anexo VII? Quais os termos (ou modelo) a serem seguidos para fins de declaração capaz de ratificar a não realização da vistoria e a assunção de responsabilidade da empresa por não realizá-la? Está correto que a referida declaração não precisa ser assinada por responsável técnico, bastando preposto constituído pela empresa licitante como seu representante no certame?

**R: Conforme o TR em seu subitem 5.8, não será exigida a vistoria. Entretanto em seu Subitem 5.8.6 fala que é “ *O licitante, mesmo o que opte por não realizar a vistoria, sob pena de inabilitação (§§ 1º e 2º, do art. 62, da Lei nº 14.133/2021), deverá prestar declaração formal (Modelo Constante no ANEXO VIII)*”. A declaração é OBRIGATÓRIA.**

10. Em relação ao anexo VIII, considerando o afastamento de exigências por demais de formalistas e a necessidade de observância da finalidade do processo, pergunta-se: está correto que as licitantes podem apresentar declaração de caráter amplo sobre o atendimento das exigências relacionadas a contratação de pessoas reabilitadas pelo INSS e portadores de deficiência, restando, portanto, desconsiderada a indicação de quantitativos e percentuais?

**R: NÃO. Os modelos apresentados no Termo de Referência e no Edital devem ser seguidos, devendo ser alterados ou preenchidos, apenas, os campos indicados. Portanto, a declaração constate do Anexo VII do Termo de Referência deverá seguir a mesma orientação.**

11. Os titulares de dados, ao utilizarem os serviços do Santander, estão sujeitos à aceitação dos Termos de Uso e Política de Privacidade do Santander. Conforme disposto na referida Política, na condição de Controlador ou Co-Controlador de dados nos termos da legislação aplicável, o Santander poderá, quando for o caso, tratar, coletar, armazenar e compartilhar com as sociedades sob controle direto ou indireto do Santander, bem como sociedades controladoras, coligadas ou sob controle comum (Sociedades do Conglomerado Santander), sempre com a estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados, os dados pessoais e informações cadastrais, financeiras e de operações ativas e passivas e serviços contratados para:

- (i) garantir maior segurança e prevenir fraudes;
- (ii) assegurar sua adequada identificação, qualificação e autenticação;
- (iii) prevenir atos relacionados à lavagem de dinheiro e outros atos ilícitos;
- (iv) realizar análises de risco de crédito;
- (v) aperfeiçoar o atendimento e os produtos e serviços prestados;
- (vi) fazer ofertas de produtos e serviços adequados e relevantes aos seus interesses e necessidades de acordo com o perfil do cliente/ou de seus representantes legais; e
- (vii) outras hipóteses baseadas em finalidades legítimas como apoio e promoção de atividades do Santander e das Sociedades do Conglomerado Santander ou para a prestação de serviços em benefício do cliente e/ou de seus representantes legais.

Ante o exposto, a Contratante está ciente de referidas disposições constantes da Política de Privacidade da Contratada, bem como de sua aceitação pelos titulares dos dados?

**R: SIM**

12. O parágrafo 1º do art. 48 da LGPD estabelece que a comunicação de incidente de segurança, que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, deverá ser feita em prazo razoável. Adicionalmente, em caso de incidentes comprovados e não presumidos, importante considerar que a ANPD estabeleceu na RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 15/2024 que tal comunicação, quando aplicável, deve ser realizada no prazo de 3 (três) dias úteis, após conhecimento do ocorrido. Assim, a Contratante concorda que as Partes devem observar a legislação e o prazo indicado pela Autoridade competente?

**R: A resolução CD/APND Nº15/2024 em seu Art. 6º diz que: “A comunicação de incidente de segurança à ANPD deverá ser realizada pelo controlador no prazo de três dias úteis, ressalvada a existência de prazo para comunicação previsto em legislação específica.”. Portanto está dentro do que foi pedido no edital. Anexo IX do Termo de Referência:**

**“7. VIOLAÇÃO DE DADOS**

*Em caso de violação de dados bancários, o(a) [Nome da Empresa/Instituição] se compromete a notificar os titulares afetados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) conforme exigido pela LGPD.”*

13. Na hipótese de o tratamento de dados pessoais ser embasado no consentimento, a Contratante está ciente de que é única e exclusivamente responsável pela coleta e gestão do mesmo perante os seus colaboradores?

**R: Conforme subitem 5.2.2 do Termo de Referência, o Município não integra qualquer relação de consumo entre o banco e os servidores ativos, inativos ou pensionistas.**

14. Conforme estabelecido no Art. 41, § 1º da LGPD, a identidade, informações e atualizações de contato do Encarregado de Proteção de Dados estão disponibilizadas na Política de Privacidade da Contratada, conforme link a seguir:

<https://www.santander.com.br/institucional-santander/seguranca/politica-de-privacidade>.

**R: Não se aplica.**

15. A Contratante está ciente que, conforme disposto no art. 16 da LGPD, já existe a obrigação de eliminar os dados após o término do tratamento, sem a necessidade de qualquer solicitação e/ou estabelecimento de prazo e que, além das ressalvas constantes no Art. 16 da LGPD, os dados pessoais também podem ser mantidos nos casos de relação continuada da Contratada com os titulares dos dados?

**R: SIM.**

16. Levando em conta o papel de Co-Controladora da Contratada, importante ressaltar que todo tratamento de dados pessoais deve ocorrer para cumprimento das disposições contratuais, devendo as Partes considerarem, quando aplicável, as demais hipóteses de tratamento previstas na Lei Geral de Proteção de Dados. Assim, indagamos se a Contratante está ciente de que a Contratada tem respaldo legal para realizar o tratamento de dados baseado nas hipóteses previstas no Art. 7º e incisos da LGPD, tais como: cumprimento de obrigação legal ou regulatória, exercício regular de direitos em processo judicial e proteção ao crédito?

**R: SIM.**

17. A Contratante reconhece que a Contratada, na qualidade de Controladora ou Co-Controladora, de acordo com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, tem por obrigação o cumprimento de uma ordem judicial ou comunicação oficial, independente de aviso à contraparte do contrato?

**R: SIM.**

18. A Contratante está ciente de que quaisquer ressarcimentos e/ou reponsabilidades devem recair apenas sobre os eventuais danos diretos e prejuízos comprovadamente causados, respondendo a Contratada na medida de sua culpabilidade e das obrigações estabelecidas pelo Contrato e pela legislação aplicável?

**R: SIM.**

19. A Contratante está ciente de que cada Parte é única e exclusivamente responsável pela elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme exigido pela legislação e regulamentação vigentes?

**R: SIM.**

20. No que tange à Segurança da Informação, questionamos se a Contratante está ciente de que a Contratada garante possuir um programa apropriado de proteção de dados pessoais, segurança da informação e prevenção à fraude, compatível com todas as leis aplicáveis e necessidades, incluindo, mas não se limitando, a adoção de apropriadas salvaguardas administrativas, técnicas e físicas para proteger os dados pessoais contra:

- (i) ameaças ou riscos razoavelmente antecipáveis à privacidade, segurança, integridade e/ou de confidencialidade de dados pessoais;
- (ii) destruição acidental ou ilícita, perda, alteração ou divulgação ou acesso não autorizado aos dados pessoais;
- (iii) todas as outras formas ilegais de tratamento dos dados pessoais; e
- (iv) incidentes de segurança ou privacidade. Adicionalmente, em consonância com a lei, o Santander fornece, por meio de seus canais de atendimento, mecanismos para a recepção de solicitações de direitos dos titulares de dados.

**R: SIM**

21. Questionamos se a Contratante está ciente de que não cabe à Contratada informar e/ou solicitar autorização prévia de seus clientes para realizar a contratação de suboperadores levando em conta, principalmente, o comprometimento da Contratada em:

- a) Atuar em conformidade com a Legislação Geral de Proteção de Dados e com as determinações de órgãos reguladores/ fiscalizadores sobre a matéria;
- b) Adotar as medidas adequadas e proporcionais de segurança da informação e proteção de dados a serem editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, conforme previsto no art. 46 da LGPD;
- c) Garantir que será solidariamente responsável por qualquer descumprimento, violação, irregularidade ou ilicitude comprovada e cometida por seus terceiros contratados; e

d) Garantir que os terceiros estarão obrigados, no mínimo, ao cumprimento das obrigações estabelecidas no Contrato firmado e na legislação aplicável.

**R: SIM.**

22. A Contratada respeita e garante aos titulares de dados a possibilidade de apresentação de solicitações baseadas nos direitos elencados no Art. 18 da LGPD. Nesse passo, a Contratante está ciente de que a Contratada, na qualidade de Controladora ou Co-Controladora, deverá avaliar e responder diretamente às reclamações ou pedidos de direito de titulares?

**R: SIM.**

23. A Contratante está ciente de que os bancos de dados e sistemas da Contratada são compatíveis com todas as leis aplicáveis e necessidades de uma instituição financeira, conforme determinações e orientações do Órgão Regulador do setor e que, nesse sentido, não necessariamente um banco de dados será desenvolvido em formato interoperável?

**R: SIM.**

24. A Contratante reconhece que as obrigações relativas à proteção de dados pessoais permanecerão em pleno vigor enquanto houver o tratamento dos dados pessoais em razão do serviço prestado pela Contratada?

**R: SIM.**

São Gonçalo, 08 de Julho de 2025

**David Monteiro Acylino**  
Chefe de Departamento  
Matrícula nº 21.588

**Anderson Vieira Nunes**  
Chefe de Departamento  
Matrícula nº 20.756

De acordo,

**Vábio da Silva Raimundo**  
Subsecretário de Administração  
Matrícula nº 126.782